

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

DUAS OMBREIRAS DECORADAS "CASTREJAS" ORIUNDAS SO ALTO DO CASTELO (SALTO, MONTALEGRE). INFLUÊNCIAS MEDITERRÂNICAS E COMPLEXIFICAÇÃO SOCIAL NA SEGUNDA IDADE DO FERRO DO NOROESTE PENINSULAR.

FONTE, João Mário Martins da e GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo

Ano: 2005-2006 | Número: 115-116

Como citar este documento:

FONTE, João Mário Martins da e GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo, Duas ombreiras decoradas "castrejas" oriundas so Alto do Castelo (Salto, Montalegre). Influências mediterrânicas e complexificação social na segunda idade do Ferro do Noroeste Peninsular. *Revista de Guimarães*, 115-116 Jan.-Dez. 2005-2006, p. 93-128.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmiento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

DUAS OMBREIRAS DECORADAS “CASTREJAS” ORIUNDAS DO ALTO DO CASTELO (SALTO, MONTALEGRE).

INFLUÊNCIAS MEDITERRÂNICAS E COMPLEXIFICAÇÃO SOCIAL NA SEGUNDA IDADE DO FERRO DO NOROESTE PENINSULAR

João Mário Martins da Fonte^{*}

Alfredo González-Ruibal[†]

Resumo: O texto pretende dar a conhecer duas peças escultóricas “castrejas” aparecidas no Alto do Castelo (Salto, Montalegre). Além disso, fazem-se algumas reflexões acerca do seu contexto arqueológico, relacionado com a emergência dos *oppida*, a complexificação social e a hierarquização territorial da Segunda Idade do Ferro.

Palavras-Chave: Alto do Castelo, Peças Escultóricas “Castrejas”, *Oppida*, Complexificação e Hierarquização Territorial, Segunda Idade do Ferro.

1. Introdução

Pretendemos com este artigo dar a conhecer duas peças escultóricas “castrejas” aparecidas recentemente no Alto do Castelo, no âmbito do levantamento arqueológico da freguesia de Salto, concelho de Montalegre, e fazer algumas considerações acerca do povoamento proto-histórico e romano desta região Barrosã, compreendendo genericamente parte dos actuais concelhos de Montalegre e Boticas, no norte de Portugal.

Antes de mais, faremos uma breve contextualização arqueohistórica do tema a desenvolver, centrando-nos depois especificamente nas duas peças escultóricas e no seu contexto arqueológico, procurando fazer-se algumas reflexões acerca do mesmo, relacionado com a emergência dos *oppida*, a complexificação social e a hierarquização territorial da Segunda Idade do Ferro no Noroeste Peninsular.

^{*} Arqueólogo.

[†] Universidad Complutense de Madrid, Departamento de Prehistoria.

2. Contextualização Arqueohistórica

As características geográficas do noroeste peninsular, onde o relevo desempenha um papel determinante, tornaram-se condição propícia ao assentamento de povoados em posições elevadas, cuja implantação terá obedecido prioritariamente a critérios estratégicos de defesa, a denotar um período de profunda mudança económica e social, claramente manifesta na construção de inúmeros povoados fortificados no intervalo de alguns séculos (Silva 1986).

O desenvolvimento social e económico alcançado na época favoreceu uma situação conflituosa e um forte nível de competência entre as povoações, daí que seja compreensível o carácter fortificado e inacessível que os sítios adquiriram. Esta hierarquização social enquadrável no Bronze Final, que se baseava na produção e no controlo de recursos críticos (agro-pecuários e mineiros) e num complexo sistema de intercâmbio, favoreceu o conflito e a fixação das comunidades no território, condições que permitiram o surgimento dos povoados fortificados. A Primeira Idade do Ferro é, em muitos sentidos, uma continuação dos padrões estabelecidos no Bronze final. Na Segunda Idade do Ferro, a partir do século IV a.C., os sentimentos comunitários incrementam-se, assim como o processo de territorialização das comunidades e de conquista dos melhores terrenos agrícolas, a par de um aumento da população e, conseqüentemente, dos próprios povoados, o que provocou um incremento do conflito e das desigualdades sociais e diferenças regionais. Este processo intensifica-se a partir do século II a.C., tendo lugar a emergência dos *oppida*, grandes povoados com funções de lugar central. A conquista romana suporá, desde finais do século I a.C., a criação de uma nova identidade, embora este processo não se desenvolva de forma simples e imediata, advertindo-se claras diferenças regionais.

Este fenómeno característico do noroeste peninsular tem sido recorrentemente denominado por “Cultura dos Castros”, ou mais usualmente por “Cultura Castreja”, embora sejam denominações bastante redutoras com base apenas no tipo de habitat fortificado, devendo-se ter em conta a grande complexidade e a variabilidade regional e temporal que este tema detém.

Tradicionalmente, a “Cultura Castreja” tem sido dividida em três grandes fases, que abrangem globalmente o I milénio a.C.: uma primeira fase, correspondente à primeira metade do I milénio a.C., como sendo da sua formação, no contexto do Bronze Final e da Primeira Idade do Ferro; uma segunda

fase de afirmação e desenvolvimento cultural, correspondente à segunda metade do I milénio a.C., atribuível à Segunda Idade do Ferro; e uma 3ª etapa, de proto-urbanização e reordenamento territorial, entre o século II a.C. e o século II d.C., embora o habitat castrejo tenha ainda persistido, mas já não se deverá falar de “cultura castreja”. Contudo, será de individualizar o período entre o século II a.C. e o século I a.C., face à singularidade e complexidade assinalada pelo registo arqueológico.

Os castros do Bronze Final/Ferro Inicial implantavam-se em locais bastante proeminentes e inacessíveis, defendidos naturalmente, embora já com defesas artificiais, e com uma grande visibilidade para o entorno. Existe apenas uma modificação relativa do espaço pré-existente, produzindo-se uma coincidência entre a extensão do assentamento e a superfície da forma orográfica no qual se implanta. Há uma adaptação dos povoados ao espaço natural seleccionado (Parcero Oubiña 2005).

Por sua vez, os castros da Segunda Idade do Ferro passaram a situar-se em pleno vale, visando uma maior proximidade aos melhores terrenos agrícolas, tendo como desvantagem a diminuição das condições naturais de defesa, dada a sua localização em sítios de menor pendente e com uma posição menos dominante na paisagem, pelo que as defesas artificiais são reforçadas. Há uma modificação significativa do terreno, sendo que agora há uma adaptação do espaço natural aos povoados (Parcero Oubiña 2005). Multiplica-se o número de povoados fortificados, que veem a sua superfície habitável aumentada, embora muitos castros do período anterior permaneçam habitados.

A partir do século II a.C., tem lugar um processo de “*oppidização*” (González-Ruibal 2006/2007). Estes *oppida* apresentam condições de implantação semelhantes aos castros do Bronze Final/Ferro Inicial, embora já com um maior aparato construtivo. A conquista romana do noroeste peninsular não supôs, pelo menos numa primeira fase, transformações repentinas na paisagem, pelo que muitos castros se mantiveram. Só a partir do século I d.C. é que a paisagem do noroeste começa a sofrer profundas alterações, com a instalação de novos habitats e o abandono de muitos castros. O século II d.C. marca o triunfo definitivo do novo modo de vida e de produção.

A célula base da sociedade castreja era a família, no sentido de família extensa e alargada, sendo o seu nível mais elevado unidades suprafamiliares como os *populi*, com um cariz marcadamente étnico, e as *civitates*, de cariz mais político-administrativo já no quadro da romanização. A um outro nível,

integrando um *populus*, estavam unidades inferiores, os *castella*, representados nas inscrições epigráficas por um C invertido, e que englobavam vários grupos familiares.

A última etapa da chamada Cultura Castreja, que se desenvolve a partir de finais do século II a.C., reflecte um forte incremento demográfico, tendo alguns povoados sido aparentemente abandonados em favor da concentração populacional em outros, que têm sido classificados como *oppida*, lugares centrais ou proto-cidades, podendo este processo estar na origem dos *populi*. O imediato desenvolvimento destes povoados durante o início da ocupação Romana deverá ser consequência de dinâmicas internas anteriores. A pressão Romana poderá ter apenas acelerado o processo de centralização e de hierarquização (Queiroga 2003).

A chamada “Cultura Castreja” do Noroeste Peninsular atinge um maior grau de desenvolvimento na sua etapa final (séculos II a.C./I d.C.), gerando grandes *oppida* proto-urbanos, que seguramente funcionaram como núcleos centrais de alguns *populi*, embora alguns deles não tenham sido já capitais das subsequentes *civitates* flavianas (Pérez Losada 1998). Deste modo, o habitat castrejo tradicional inicia um processo progressivo e paulatino de abandono a partir de finais do século I d.C., inversamente proporcional à criação de novos núcleos romanos (Pérez Losada 1998).

Vários autores sugerem que a ulterior divisão administrativa romana resultou, em grande medida, de certos particularismos territoriais, culturais, étnicos e políticos das comunidades indígenas, parecendo encerrar uma determinada realidade pré-existente, e não apenas uma divisão administrativa arbitrária. Alguns autores defendem mesmo que os *populi* indígenas estiveram na base das posteriores *civitates* romanas.

A conquista e integração do Noroeste Peninsular no império romano insere-se no quadro do progressivo controlo militar da Hispânia, tendo este processo sido iniciado em 218 a.C., com o desembarque em *Emporion* das tropas romanas, chefiadas por Cneio Cornélio Cipião, no contexto da II Guerra Púnica entre Roma e Cartago. A conquista definitiva do noroeste peninsular está tradicionalmente associada à data de 19 a.C., data que marca o fim das guerras cantábricas (29-19 a.C.), ficando assim submetido ao poder político e militar romano.

É actualmente aceite pela maioria dos investigadores que as populações indígenas da região meridional da *Gallaecia* não ofereceram mais do que uma resistência simbólica ao poder romano, mantendo-se esta região afas-

tada dos últimos confrontos militares, as Guerras Cantábricas, pelo que, beneficiando desse afastamento, conheceu uma precoce influência romana, embora com diferentes estímulos, segundo as regiões (Martins *et alii* 2005). A *Gallaecia* passou a formar parte efectiva do Império, a partir das Guerras Cantábricas. Alguns autores (González-Ruibal 2006-2007) sustentam que a romanização é, antes de tudo, um questão cultural e ontológica, uma transformação do ser, a construção de uma nova identidade entre as comunidades do noroeste da Península Ibérica. É um processo complexo e polimorfo em contínua negociação, em que as comunidades indígenas têm um papel preponderante, não se limitando à mera emulação e absorção da cultura romana, podendo-se estabelecer uma analogia com a adopção de pautas modernas pelas sociedades pré-industriais (González-Ruibal 2006-2007). As *tesseras hospitalis*, particularmente as mais antigas, que mantêm alguns símbolos indígenas, constituem um testemunho eloquente acerca da negociação identitária nos inícios da ocupação romana do noroeste (González-Ruibal 2006-2007). No século II d.C., quando já se tinha formado uma verdadeira identidade imperial romana, as *tesseras hospitalis* já se identificam com os típicos documentos jurídicos romanos (González-Ruibal 2006-2007).

A maior parte dos castros que se encontravam habitados no câmbio da era verão surgir, desde finais do século I d.C., pequenas aldeias abertas a seus pés (*vici*), inaugurando-se uma nova forma de ocupação do espaço, enquadrando-se nesta mudança ontológica e cultural que supôs a romanização (González-Ruibal 2006-2007). Assim, o período entre Augusto e Tibério constitui o último momento de ocupação intensiva dos castros, embora esta forma de habitat não tenha desaparecido por completo. Não será em vão que as referências a *castella* na epigrafia tenham desaparecido nesta época.

Todavia, é importante realçar que esta organização segundo um povoamento hierarquizado, através da integração de povoados menores sob o domínio de lugares centrais, poderá ter sido despoletada por razões político-militares, talvez originada pela necessidade de uma estratégia defensiva subsequente à campanha punitiva de *Decimus Iunius Brutus*, que atinge o noroeste peninsular em 138 a.C. (Silva 1996), a primeira de uma série de operações de reconhecimento que precederam as campanhas de Augusto, onde foram lançadas as bases do processo de conquista. Esta expedição não parece ter sido seguida de ocupação efectiva, sendo agora o risco de novos ataques bastante evidente, pelo que a necessidade de se organizar a defesa tenha sido o motor da integração política de certos povoados sob a égide de alguns lugares centrais (Alarcão 1992). Deste modo, por força dos contactos

cada vez mais sistemáticos com os romanos, por motivo das etapas da conquista peninsular, esta região terá assistido a profundas alterações da organização espacial, originando um surto de novas aglomerações proto-urbanas, com polarização do conjunto das actividades de ordem defensiva, político-administrativa, económica e religiosa em lugares centrais com territórios demarcados (Silva 1986).

A construção de complexos sistemas defensivos, as remodelações de espaços habitacionais e a organização proto-urbana de alguns castros são fenómenos atribuíveis a este período (Silva 1986).

Por outro lado, esta hierarquia de povoamento poderá também ter sido determinada por factores endógenos, com base num processo de intensificação económica de longa duração e de acumulação de capital simbólico, a partir dos excedentes agro-pecuários e dos bens de prestígio, embora enquadrado e condicionado pelo desenvolvimento e influência das regiões vizinhas.

Alguns autores (Alarcão 1992: 63, 2003b: 116) defendem que após a conquista definitiva do noroeste peninsular e consequente reorganização administrativa, Augusto não instituiu verdadeiras *civitates* no noroeste peninsular, aproveitando antes a organização pré-existente dos *populi* indígenas, atribuindo o poder a elites indígenas imortalizadas nas estátuas de guerreiros galaicos, e só com os Flávios é que foram instituídas verdadeiras *civitates*, originando uma reorganização e uma nova estruturação do território (Alarcão 2003b). O próprio desaparecimento do C invertido, interpretado como *castellum* (Albertos Firmat 1975), nas inscrições epigráficas e a utilização das *civitates* que tem lugar a continuação supõe uma mudança na organização das comunidades indígenas, provavelmente resultante da concessão do *ius Latii* em 73/74 pelos Flávios (Pereira Menaut 1983). No entanto, esta questão poderá estar antes relacionada com o progressivo declínio dos *oppida* indígenas no âmbito do novo quadro organizativo romano (González-Ruibal 2006-2007).

Referem também que os lugares centrais que funcionaram como capitais das circunscrições administrativas augustanas poderão, eventualmente, ser determinados com base nos povoados onde se encontraram estátuas de guerreiros galaicos que são, provavelmente, representações de chefes ou *princeps* indígenas, atribuíveis ao século I d.C., mas pré-flavianas. Outros (González-Ruibal 2006-2007, 2004a) defendem uma cronologia pré-romana para estas estátuas, em consonância com o estilo artístico “bracarense”, e

associam-nas ao processo de *oppidização* indígena, podendo talvez ser representações entronizadas e idealizadas de aristocratas guerreiros com um carácter apotropaico, que simbolicamente protegiam a entrada dos povoados, ao mesmo tempo que ostentavam o poder da elite dominante.

Contudo, tanto o Edicto do Bierzo (15 a.C.) (Sánchez-Palencia *et alii* 2000) como a *Tabula Lougeiorum* (1 d.C.) (Rodríguez Colmenero 1996; Dopico Cainzos 1988) apontam para uma implementação precoce do sistema de *civitates* no *conventus Asturum*, ainda em época de Augusto.

Uma coisa é negável, pelo menos a partir do período flaviano: as *civitates*, enquanto efectivo sistema administrativo romano, já se encontravam verdadeiramente estabelecidas no noroeste. Será que as *civitates* só terão sido realmente instituídas em época flaviana, ou foram logo constituídas em época de Augusto, ou, por outro lado, foram sendo instituídas em determinados territórios, de acordo com os próprios interesses romanos e os condicionismos dessas mesmas zonas?

Em época pré-romana, na área do *conventus Asturum*, não existiam entidades de funcionamento político por encima do castro, não podendo sustentar-se o modelo de lugares centrais, além de a exploração aurífera nesta zona ter começado logo após a conquista da Hispânia; daí que a intervenção administrativa romana, neste território, tenha sido muito mais profunda e prematura (Sanchez-Palencia *et alii* 2000; Sastre Prats 2001). Pelo contrário, na área do *conventus Bracarum*, parece notar-se, em época pré-romana, uma hierarquização do povoamento, que terá originado algum tipo de organização indígena, na qual os Romanos se poderão ter baseado e apoiado, pelo menos numa primeira instância, para o estabelecimento das ulteriores *civitates*.

Augusto talvez tenha criado circunscrições territoriais correspondentes ao anterior quadro dos *populi* pré-romanos, escolhendo os antigos lugares centrais como capitais das novas unidades administrativas, confiando o governo a *princeps* indígenas, tutelados pelos emergentes centros urbanos e conventuais: *Bracara Augusta*, *Asturica Augusta* e *Lucus Augusti* (Alarcão 1992). Com as reformas administrativas flavianas, foi atribuída a *Aquae Flaviae* um papel de tutela sobre as demais *civitates* referidas no “Padrão dos Povos” (Alarcão 2004).

Porém, alguns autores (Sastre Prats 2001) duvidam de uma verdadeira estruturação político-territorial pré-romana, atribuindo tal fenómeno à chegada dos Romanos. Outros autores (González-Ruibal 2006-2007) consideram que o

momento de apogeu dos *oppida*, fruto do sinecismo indígena, está compreendido entre o século II a.C. e o século I a.C.. Depois da conquista e reorganização do noroeste por Augusto, talvez quando se possa realmente falar de romanização, começa o lento declínio dos *oppida* indígenas, pelo que a maior parte destes núcleos desaparecem em meados do século I d.C., e os que persistem veêm alterada a sua morfologia (González-Ruibal 2006-2007).

Uma parte dos castros manteve-se, ou por razões de ordem político-estratégica ou porque se especializaram num segmento específico do novo quadro económico, como a pastorícia ou a produção de bens agrícolas e metalíferos, conforme o espaço em que estavam inseridos, passando agora a estar integrados numa nova ordem imperial (Lemos 2004).

Deste modo, muitos castros persistem, devido à sua localização geo-estratégica, que serviu diferentes necessidades no quadro do povoamento romano, fossem elas o controlo da rede viária, dos interflúvios, ou das regiões mineiras (Martins *et alii* 2005). Por outro lado, outros castros foram abandonados, porque os seus territórios coincidiam com os melhores solos agrícolas que justificavam novas formas de exploração da terra, favorecendo a implantação dos estabelecimentos rurais (Martins *et alii* 2005).

A atribuição do *ius Latii* a toda a Hispânia por Vespasiano, a partir de 73/74 d.C., e consequente reorganização político-administrativa do noroeste, é o corolário desta mudança, pelo que, a partir desta altura, essa nova organização deixa de ser feita através dos *castella*, passando as populações a estar integradas em *civitates*. A partir de então, se bem que os castros não tenham sido despovoados, os indivíduos que antes se identificavam pelos seus *castella* de origem, passam agora a identificar-se pela *civitas* em que esses *castella* se inserem, daí que o C invertido desapareça das inscrições epigráficas nos finais do século I d.C. (Alarcão 1999). Deste modo, alguns castros são abandonados, enquanto que outros são organizados à maneira administrativa romana, pelo que esta forma de povoamento continua ainda a estruturar o espaço, compartilhando agora o território com núcleos urbanos e *habitats* abertos de superfície.

A concessão do *ius Latii* por Vespasiano permitiu às comunidades indígenas organizarem-se e estruturarem-se de forma romana, embora as *civitates* não tenham que reflectir fisicamente, a nível de habitat, o novo modelo; daí que as soluções adoptadas variam consoante a área geográfica em que se inserem, pelo que, no noroeste peninsular, predomina claramente a conti-

nuidade do habitat tradicional em *castella* (Pérez Losada 1998), embora no último quartel do século I d.C. esteja em regressão a ocupação dos castros.

Aquae Flaviae, verdadeiro *caput viae*, acede à categoria de *municipium Latinum* entre 74 e 79 d.C., aquando da atribuição do *ius Latii* pelos Flávios à Hispânia, tornando-se num verdadeiro epicentro romanizador, capital da *Gallaecia* meridional interior, estruturando e vertebrando a parte oriental do *conventus Bracarensis*.

Aquae Flaviae foi uma verdadeira capital regional, particularmente da parte oriental do *conventus Bracarensis*, exercendo domínio indirecto sobre as dez *civitates* inscritas no “Padrão dos Povos”, que se incluíam no seu âmbito territorial.

A cadeia montanhosa do Oriente da Galiza e de Trás-os-Montes poderá ter constituído uma barreira não apenas geográfica mas também cultural. Este espaço parece ter funcionado na Proto-História como uma zona de transição, com determinados particularismos e permeável a diversos elementos culturais. Poderá também estabelecer-se uma diferenciação norte-sul, o norte com um cariz mais rural e o sul mais urbano, fronteira definida pela dorsal galega (Carballo Arceo 2003).

3. Peças Escultóricas “Castrejas” e seu Contexto Arqueológico

As pedras apresentadas foram encontradas em casa de um particular na

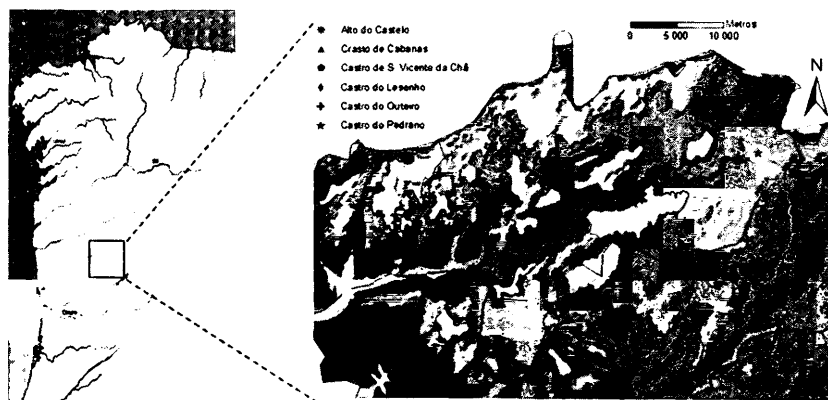


Imagem 1 - Área de estudo e limite da arte dos *oppida* (à esquerda) e localização dos castros mencionados no texto (à direita)

aldeia de Linharelhos, freguesia de Salto, concelho de Montalegre. O próprio senhor informou-nos que o seu pai as tinha encontrado no Alto do Castelo enquanto prospectava volfrâmio, já que este castro se encontra nas proximidades das Minas da Borralha (couto mineiro de exploração de volfrâmio que funcionou nos séculos XIX e XX) e foi, por isso, também explorado.

O Alto do Castelo implanta-se num imponente outeiro sobranceiro ao vale do rio Rabagão, possuindo duas linhas de muralha a circundar o povoado e um triplo fosso intercalado por taludes na zona de mais fácil acesso a sudoeste. Localiza-se na Carta Militar de Portugal (1997), esc. 1:25 000, fl. 44, nas seguintes coordenadas geográficas: latitude: 41° 39' 58,3'' N; longitude: 7° 59' 04,5'' W; altitude máxima: 867 metros. O castro encontra-se bastante alterado, por aí terem sido realizadas sucessivas explorações de volfrâmio. Não são visíveis quaisquer materiais romanos. Tem a particularidade de praticamente no seu sopé existir um outro povoado, o Crasto de Cabanas, implantado num pequeno morro sobranceiro à ribeira de Amiar, que formalmente se aparenta com um diminuto castro. Possui três exíguas linhas de muralha a circular o povoado, a noroeste, e um pequeno fosso, e, por informação oral, foi-nos dito que, no topo, se encontra escavada no afloramento uma pia rectangular, além de arte rupestre na encosta a norte,

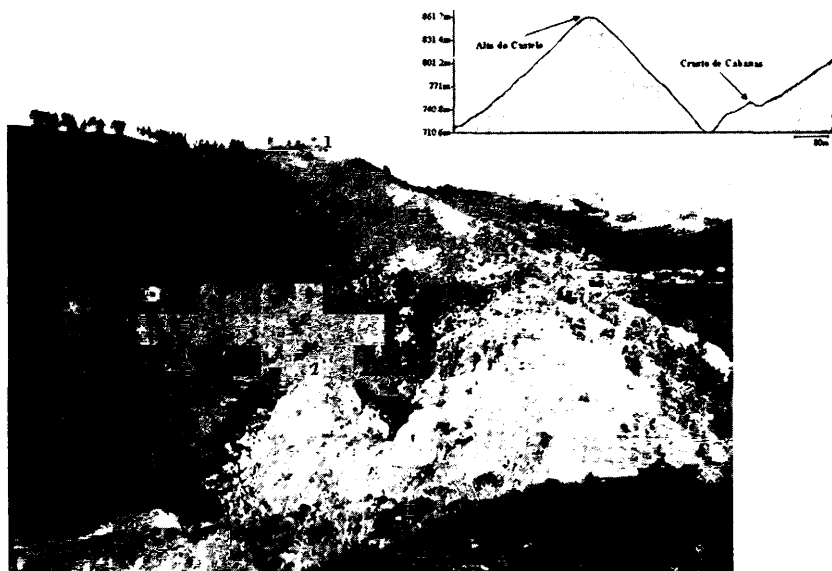


Imagem 2 - Relação entre o Alto do Castelo (em cima) e o Crasto de Cabanas (em baixo)

embora não tenha ainda sido possível confirmar estes dados, devido à vegetação intensa. Localiza-se na Carta Militar de Portugal (1997), esc. 1:25 000, fl. 44, nas seguintes coordenadas geográficas: latitude: 41° 39' 53,7'' N; longitude: 7° 58' 50,8'' W; altitude máxima: 720 metros. Ambos os povoados se inserem dentro da área do macrotopónimo Cabanas. Estará certamente correlacionado com o Alto do Castelo, sendo provável que se trate de um santuário pré-romano, embora falte ainda a comprovação arqueológica. A confirmar-se esta hipótese, este santuário tem a singularidade de se localizar no exterior do Alto do Castelo, embora em aparente ligação estreita



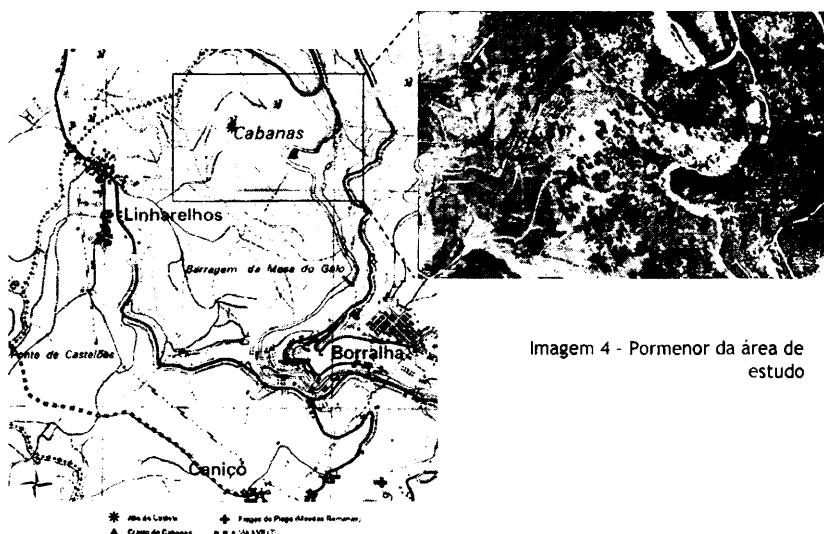
Imagem 3 - Modelo 3d do Baixo Rabagão

com o mesmo, podendo servir as necessidades imediatas da comunidade, bem a nível local ou mesmo comarcal, localizando-se no limite SO deste *populus* (delimitador territorial?). Tem uma implantação semelhante ao Castelo do Mau Vizinho, também interpretado como um santuário pré-romano, embora este último não se encontre directamente relacionado com nenhum povoado (Santos Júnior *et alii* 1989). Porém, não excluimos a possibilidade de se tratar de um povoado com um outro tipo de função especializada, eventualmente relacionado com a actividade mineira e/ou metalúrgica.

É provável que esta zona se inserisse num território mais vasto centrado em torno do vale do Rabagão, cujo povoado central poderá ser o próprio Alto do Castelo, ou o Castro de S. Vicente da Chã, no alto Rabagão, freguesia de S. Vicente da Chã, concelho de Montalegre (Santos Júnior 1963; Santos Júnior

et alii 1963; Santos Júnior *et alii* 1964, Freire 1968; Carvalho 2006). Será também possível que esta zona se dividisse em duas sub-unidades: uma controlada pelo Alto do Castelo, e outra pelo Castro de S. Vicente da Chã, eventualmente constituindo dois *castella*. Esta zona fazia fronteira, a sul, pela serra do Barroso com um outro território, que ainda se incluía na actual região do Barroso, cujo núcleo central poderá ser o Outeiro Lesenho, freguesia de S. Salvador de Viveiro, concelho de Boticas, onde apareceram quatro estátuas de guerreiros galaicos (Silva 1986). Estes territórios ter-se-ão eventualmente formado ainda na Idade do Ferro, tendo persistido mais ou menos definidos em época romana, pelo menos numa fase inicial da organização administrativa romana em *civitates*, que certamente se terá baseado em determinadas pré-existências indígenas. Estes territórios, em época romana, inseriam-se, seguramente, na zona de influência de *Aquae Flaviae*, pelo que os nomes destas *civitates* deverão estar inscritos no “Padrão dos Povos”. A norte, faziam fronteira com os *Limici* e os *Quarqueri*, estes já localizados em solo espanhol (Pérez Losada 2002).

Na região do Barroso, é possível supor-se um outro território no vale do alto Cávado e do Assureira, o dos *Caladuni*, que se encontram referidos numa série de inscrições epigráficas, com provável centro capital no Castro do Pedrário, freguesia de Sarraquinhos, concelho de Montalegre. Em época romana, este território poderá ter sido convertido num *territorium metallo-*



rum, tendo por base a recente descoberta de significativos vestígios de mineração aurífera nesta zona (Carvalho *et alii* 2006), à qual se poderá agregar a zona mineira do Poço das Freitas, interligadas pela Via XVII.

Os *Caladuni* não se encontram referidos no Padrão dos Povos exactamente por esse motivo. As zonas mineiras que estavam submetidas a um tipo de exploração estatal (*agri publici*) não estavam administrativamente enquadradas dentro do território de uma *civitas* (*agri stipendiarii*) (Sastre Prats 2001). É possível que a serra do Larouco e sua envolvente constituíssem, pelo menos desde a Pré-História recente, um espaço sagrado e simbólico fronteiro entre várias comunidades proto-históricas, um *locus consecratus*, sendo também um território neutral.

É também admissível que, em época romana, tenha havido exploração mineira de estanho na zona das actuais Minas da Borralha, passando nas proximidades o ramal sul da Via XVII do Itinerário de Antonino entre *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta*, por *Aquae Flaviae*. Além disso, nas Fragas do Piago (perto da exploração mineira e da via) apareceu na década de 50 do século XX, um tesouro monetário, possivelmente em contexto de ocultação, com cerca de 2820 antoninianos, datados de finais do século III d.C. (Ramires 1955). Do mesmo modo, perto de Xinzo de Limia, mais propriamente em Nodelo da Pena, foram identificadas várias jazidas de estanho exploradas em época romana e retomadas no século XX, devido à exploração de volfrâmio, passando nas imediações a via secundária *Aquae Flaviae-Auria* (Pérez Losada 2002). Dentro da mesma freguesia (Salto), existem referências, no século VI d.C., no Paroquial Suevo, à paróquia de *Ad Saltum* (nome de origem latina) inscrita da diocese de *Bracara* (Alarcão 2001). Não será de estranhar, pegando no exemplo de *Ad Aquas*, *mansio* da Via XVII, que Salto tenha tido origem num povoado romano, provavelmente de cariz viário. Em época pré-romana, Salto poderia eventualmente tratar-se de uma *no men's land*, uma zona de transição e de passagem, onde se reuniam diversas comunidades para fins variados. Até há relativamente pouco tempo, Salto era ainda um ponto de reunião e mercado. Por algum motivo, não possui nenhum castro a controlar todo este planalto.

Esta zona enquadra-se, ainda actualmente, numa paisagem rural do interior transmontano, caracterizada por um povoamento concentrado em pequenos núcleos, onde a arquitectura em pedra persistiu até aos nossos dias e a organização do território tem por base uma economia campesina.

Desde meados do século II a.C., surge no noroeste da Península Ibérica, particularmente no seu sector meridional, um novo modelo de casa, evoluída da casa em material perecível aparecida nos inícios do primeiro milénio a.C., e tipificada na mais que característica estrutura circular com átrio em forma de patas de caranguejo, com cobertura cónica de colmo. Além desta estrutura principal, existem outras de tipo agro-pecuário, formando uma unidade habitacional, podendo todas as estruturas dispor-se em torno de um pátio central, muitas vezes lajeado, delimitadas por um muro que as separa das demais, ou apenas pela própria disposição das estruturas, que se situam muito juntas, voltando as costas aos vizinhos. Cada casa com átrio correspondia possivelmente a uma família nuclear, e um conjunto com várias casas com átrio a uma família extensa (González-Ruibal 2006-2007). Deste modo, tem lugar não só uma monumentalização do espaço doméstico, como também uma maior privatização e compartimentação do mesmo, havendo um claro predomínio da família sobre a própria comunidade.

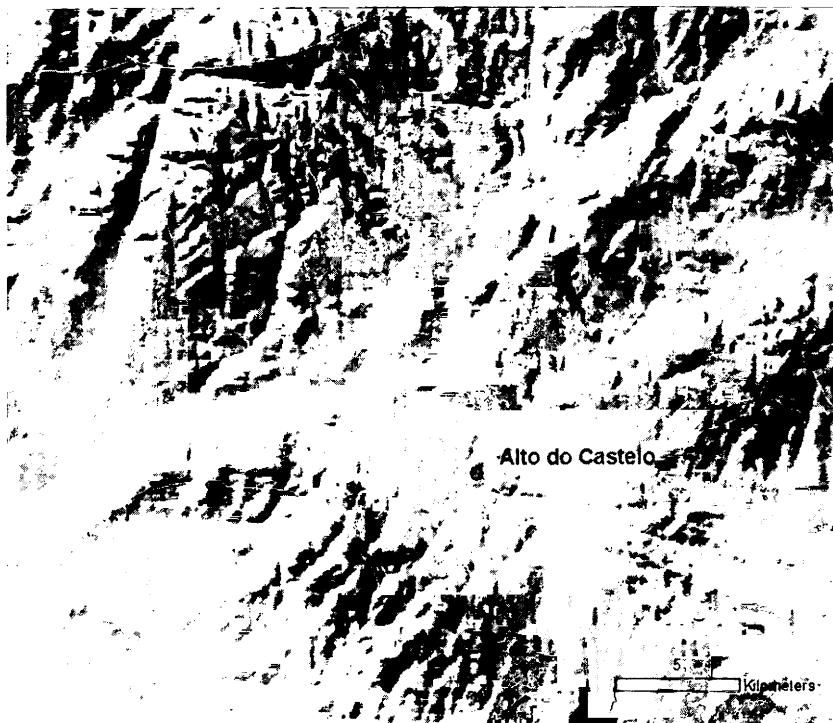


Imagem 5 - Visibilidade Alto do Castelo

As referidas esculturas são, presumivelmente, ombreiras de porta de uma casa “castreja”, embora não seja de excluir a possibilidade de se concernirem a um outro tipo de construção.

São dois monólitos graníticos fracturados (as dimensões semelhantes apontam a que pertenceriam a uma mesma estrutura, embora não seja evidente se fariam parte do mesmo bloco granítico) e decorados com motivo cordado, bem executado em alto-relevo e ainda bem conservado em ambas as pedras.

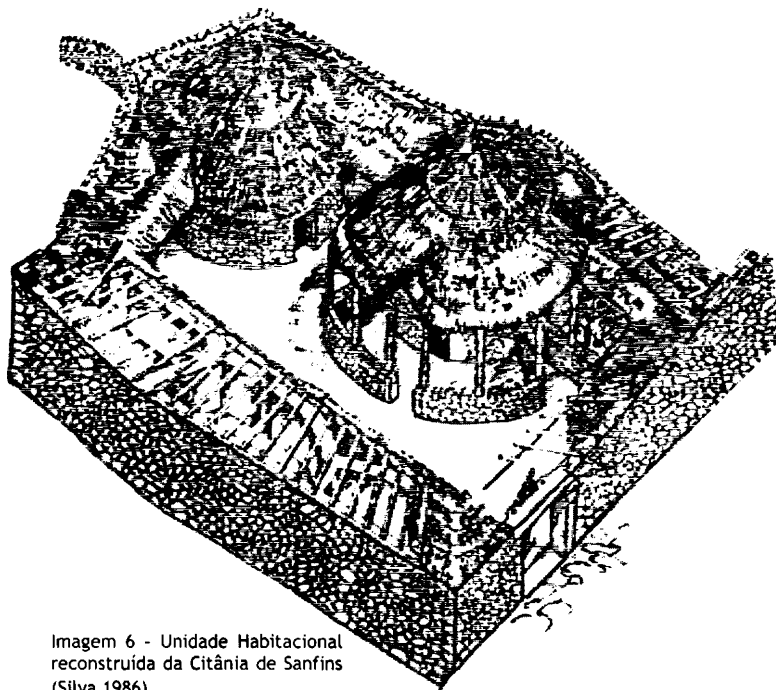


Imagem 6 - Unidade Habitacional
reconstruída da Citânia de Sanfins
(Silva 1986)

Enquanto elementos de excepção, poderão corroborar e associar-se a uma complexificação social e hierarquização territorial na Segunda Idade do Ferro, plasmada num amplo processo de “*oppidização*” no noroeste peninsular, particularmente visível na área do futuro *conventus Bracarum*. Poderá apontar-se para as mesmas uma cronologia entre os séculos II e I a.C., ou seja, pré-romana, paralela à emergência e desenvolvimento dos *oppida*. Outros autores (Calo Lourido 1994) incluem este tipo de plástica no século I d.C., embora não nos pareça que se possam associar a contextos romanos. Este tipo de arte terá chegado ao fim com a conquista romana do noroeste peninsular.

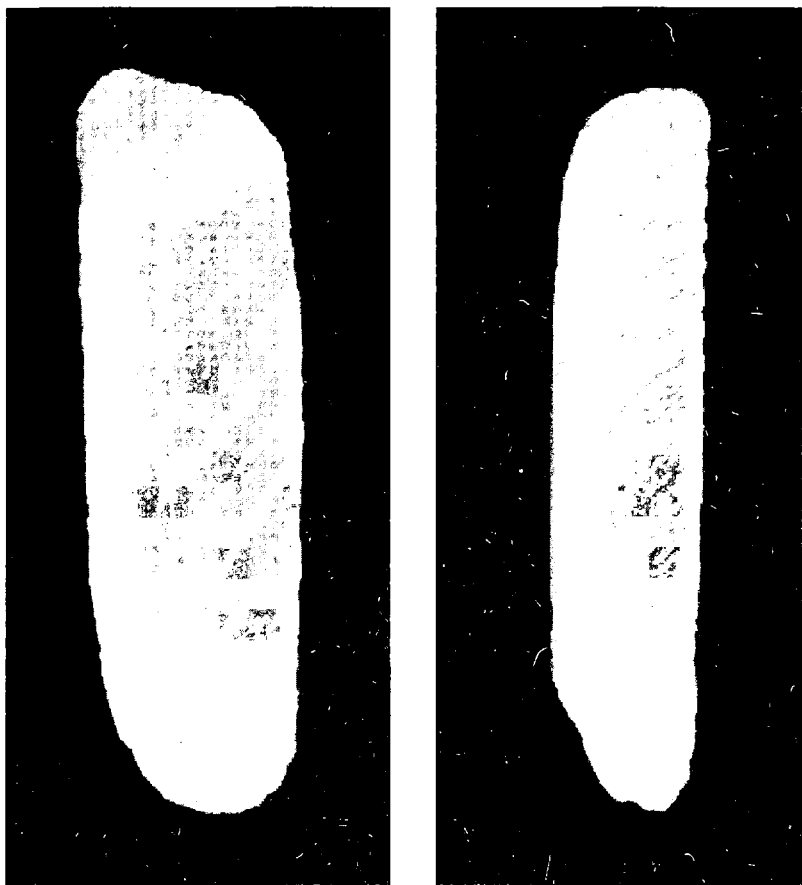


Imagem 7 - Ombreiras decoradas do Alto do Castelo

Numa região como o Barroso, onde na Proto-História, o gado possuía seguramente uma acrescida importância a nível sócio-económico, tal como ainda sucede hoje em dia, o sal revelava-se como um elemento fundamental na preservação das carnes.

Assim, será de supor contactos e intercâmbios com o litoral, onde os povoados costeiros actuavam como intermediários entre os Púnicos e os povoados do interior, que proviam o estanho e o ouro, entre outras coisas (González-Ruibal 2006/2007, 2004b). Estrabão (3, 5, 11) refere que *“Além disso têm minas de estanho e chumbo e peles que trocam com os comerciantes por*



Imagem 8 - Materiais de origem Mediterrânica (séculos V-II a.C.) no Noroeste da Península Ibérica (González Ruibal 2006/2007)

cerâmica, sal e objectos de bronze”. Certamente foram as riquezas minerais do Noroeste Peninsular que, desde épocas bastante remotas, atraíram a atenção dos povos mediterrânicos.

Naveiro López (1991) considera que os materiais chegados por via terrestre são produtos de prestígio que circulavam de mão em mão, sem seguir uma rota determinada.

O Alto do Castelo implanta-se numa zona estanífera, além de estar comunicada naturalmente com a costa, primeiro através do vale do Rabagão e depois pelo vale do Cávado, e também através do vale do Ave, e dando também acesso ao interior transmontano.

A própria plástica decorativa das duas pedras poderá revelar esta influência e contacto com a zona

litoral e, consequentemente, com o mediterrâneo. A grande concentração de povoados fortificados ao longo destes corredores sugere que estes eixos seriam fulcrais na ligação das comunidades do litoral com as do interior. É interessante analisar que a rede viária romana se sobrepôs a prováveis caminhos pré-existentes, como parece verificar-se com a Via XVII.

Muito perto da zona do Alto do Castelo, mais propriamente em Vila da Ponte, apareceu uma conta policroma de pasta vítrea, de clara procedência ou, pelo menos, influência mediterrânica (Cardozo 1943).

Este género de plástica aparece num grande número de *oppida* do sudoeste da Galiza e do noroeste de Portugal, pelo que se poderá propor uma relação entre os lugares centrais e as próprias manifestações escultóricas. A ornamentação em pedra, de carácter pré-romano, poderá ser considerada como um elemento de distinção indígena, não compatível com a ideologia imperial romana. Muitos elementos indígenas aparecem frequentemente em contexto de reaproveitamento em níveis romanos. A origem desta forma de

arte poderá remontar ao século IV a.C., num quadro de influências mediterrânicas.

Certamente não se poderá aludir apenas a uma função estética para este tipo de arte, mas também a um claro simbolismo social para a mesma. Estes elementos decorativos devem ser percebidos enquanto símbolos de distinção, próprios das elites, particularmente os mais elaborados e exuberantemente trabalhados. Outros tipos de motivos, como as suásticas, poderão ter um sentido mais apotropaico, enquanto elementos cosmológicos usados para repelir diversos tipos de males.

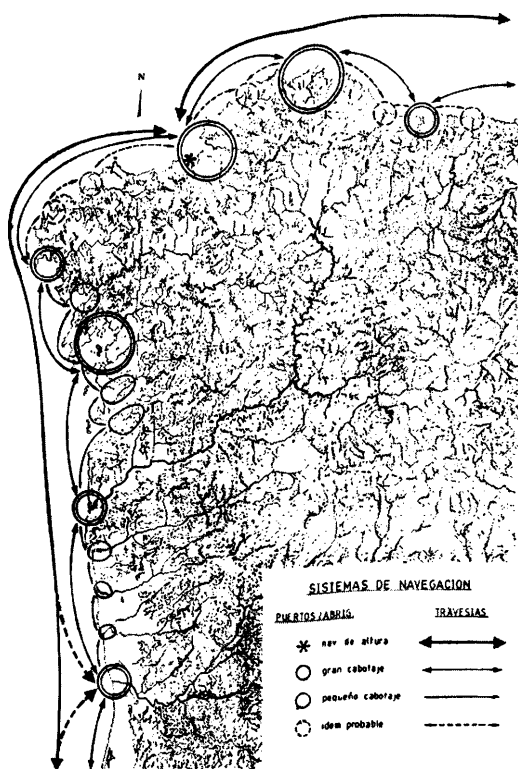


Imagem 9 - Sistemas de navegação em época antiga
(Naveiro López 1991)

Claro que nem todas as edificações castrejas deviam possuir elementos decorativos, senão que provavelmente a ornamentação se restringia a um número limitado de construções, para destacar e ostentar o prestígio social dos seus donos (Carballo Arceo *et alii* 2006). Poderá eventualmente estabelecer-se um paralelo etnoarqueológico entre este tipo de construções proto-históricas e as chamadas “casas de lavrador” do Barroso, que emergem, pelo menos a partir do século XVI, senão mesmo antes, pertencentes às famílias mais importantes e abastadas, distinguindo-se das demais casas não só pela sua dimensão e aparelho cuidado, mas também pelos motivos decorativos que ostentavam (Castanheira 1989).

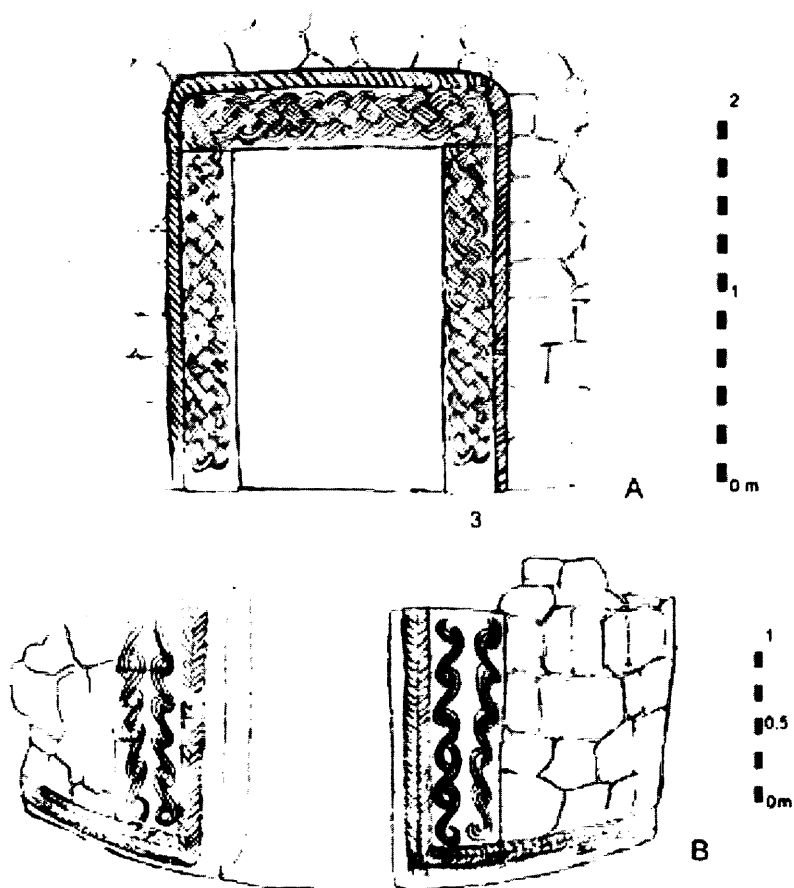


Imagem 10 - Exemplos de portas ornamentadas, Cidade de Âncora (em cima) e Castro de Sabroso (em baixo) (Silva 1986)

Posto isto, será de considerar que o espaço doméstico, em particular na zona litoral, detinha, na fase final da Idade do Ferro, uma crescente importância social. A família era a célula social básica.

Poderá conceber-se um sistema de tipo territorial e espacial como forma de organização socio-política e referente identitário para a Idade do Ferro do noroeste peninsular. O território, o povoado e a própria casa são três elementos chave na criação da identidade dos indivíduos e dos grupos, frente aos gentílicos que imperaram em outras zonas.

Para o território onde se desenvolveu o típico modelo de casa “castreja” e da arte “bracarense”, e genericamente também dos *oppida*, mais evidente na zona litoral do actual Entre-Douro-e-Minho, poderá afirmar-se que as sociedades pré-romanas eram “*sociétés à maison*”, segundo o conceito expresso por Lévi Strauss (González-Ruibal 2006-2007, 2006). O espaço doméstico, e particularmente a casa, detinha um papel extremamente importante na estruturação e regulação das relações sociais, sendo também a unidade de produção fundamental (Fernández-Posse *et alii*1998), daí o grande ênfase e elaboração que se verifica no espaço doméstico. Não será por acaso que aqui se verificam referências a *castella*, representados na epigrafia com o C invertido, em vez de *gentilitates* e *gentes*, a corroborar a importância dos vínculos territoriais e espaciais em detrimento dos de parentesco, baseados em linhagens e famílias, clãs e tribos. Isto será enquadrável numa fase final da Idade do Ferro e nas primeiras décadas após a conquista Romana, ou seja, entre os séculos II a.C. e a primeira metade do século I d.C.. É provável que, numa primeira etapa do domínio Romano, a situação se tivesse mantido relativamente à fase imediatamente anterior, tendo sido depois “romanizada”, facto comprovado pelo desaparecimento do C invertido nas inscrições epigráficas na segunda metade do século I d.C.. O *castellum* talvez não se possa identificar apenas com a entidade arqueológica “castro”, mas antes com um *oppidum* e respectivo *territorium*, que poderia abarcar diversos castros, ou seja, uma mesma unidade territorial (García Quintela 2004). Não seria de estranhar, por exemplo, que o *castellum* do Alto do Castelo agregasse também outros povoados.

A zona que estamos a abordar insere-se num vasto território caracterizado por castros com imponentes e monumentais muralhas que, como já referiu Sande Lemos (1993), “(...) a importância do aparelho defensivo seria um efeito de prestígio eventualmente relacionável com a acumulação de bens obtidos por uma economia pastoril e da produção de ouro”, sendo determinantes, para o efeito, os contactos com outras regiões, em particular com a zona litoral e com o comércio mediterrânico e também com a Meseta. É uma região com uma especificidade própria, bem comunicada e bem definida em termos orográficos, caracterizando-se como sendo periférica e liminal, para onde confluem vários elementos culturais de procedência diversa.

Neste mesmo território, embora já no vale do Alto Cávado, foram encontrados, na década de 50 do século XX, três torques em ouro ornamentados, possivelmente relacionados com um depósito votivo. São conhecidos como os torques de Paradela do Rio, provavelmente associados com o Castro do

Outeiro, freguesia de Outeiro, concelho de Montalegre, incluídos no grupo de torques denominado flaviense ou de Chaves, caracterizados pelos remates em dupla escócia decorados na base (Silva 1986). Os torques são elementos de adorno pessoal de grande simbolismo e ostentação social associados ao sexo masculino, devendo ser itens exclusivos das elites. O contexto de aparecimento dos torques poderá estar relacionado com um depósito votivo, e não com um âmbito de esconderijo ou abandono. Enquadram-se na Segunda Idade do Ferro, entre os séculos II e I a.C..

Os torques, as estátuas de guerreiros galaicos provenientes do castro do Lesenho e as duas peças escultóricas que apresentamos são, assim, elementos iconográficos de uma vasta simbologia associada a uma determinada ideologia de poder, corroborando a complexificação social e hierarquização territorial que teve lugar nesta região na fase final da Idade do Ferro, asso-



Imagem 11 - Torques de Paradela do Rio (MNA) e Castro do Outeiro

ciados à emergência dos *oppida*. A própria escolha de locais com bastante proeminência para a implantação dos povoados, assim como a complexidade e aparato das estruturas defensivas, inserem-se nesta lógica.



Imagem 12 - Estátuas de Guerreiros Galaicos (MNA) e Outeiro Lesenho

4. Considerações Finais

A parte meridional da *Gallaecia* na Segunda Idade do Ferro, particularmente na sua etapa final, era uma região onde existiam grandes desigualdades sociais, expressas numa complexa cultura material, onde predominavam, como verificamos, elementos de prestígio e de ostentação do poder.

Ao espaço doméstico era atribuído, nesta área, no termo da Idade do Ferro, uma acrescida importância social, tendo em conta a grande elaboração e destaque que detém. As casas eram encaradas como símbolos de distinção social, uma tecnologia de poder, no seio de uma sociedade desigual e hierarquizada, permitindo a superação dos vínculos de parentesco.

Os bens de prestígio, demandados pelas elites sociais, têm uma distribuição geográfica diferente à dos restantes elementos, e a sua variação tem um significado essencialmente socio-político.

Será de salientar a presença das peças escultóricas apresentadas, elementos inéditos e únicos nesta região transmontana, no limite oriental do território dos *oppida*. Esta zona revela-se como de transição, uma vez que, aparentemente, recebe influências sul-norte e oeste-este, ao longo da fachada atlântica e do mediterrâneo, e também beneficia de contactos leste-oeste, através da meseta espanhola.

O Alto do Castelo evidencia-se como um verdadeiro *oppidum* desta região barrosã, um povoado sentinela que controlava uma importante zona de passagem que ligava o litoral com o interior, localizando-se no limite sudoeste do *populus* do vale do Rabagão. Será também bastante interessante clarificar-se a relação entre o Alto do Castelo e o Crasto de Cabanas.

Bibliografia

Alarcão, J. de (1988a) - *Roman Portugal*, II, 1: Porto, Bragança e Viseu. Warminster.

Alarcão, J. de (1988b) - *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa.

Alarcão, J. de (1992) - “A Evolução da Cultura Castreja”, in *Conímbriga*, pp. 39-71. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra.

Alarcão, J. de (1995-1996) - “As Civitates do Norte de Portugal”, in *CADERNOS de Arqueologia*, II série, 12-13, pp. 25-30. Braga.

Alarcão, J. de (1998a) - “As Cidades Capitais do Norte de Portugal na Época Romana”, in *Actas del Congreso Internacional: Los orígenes de la Ciudad en el Noroeste Hispánico*. 2 vol.. Lugo.

Alarcão, J. de (1998b) - “Ainda sobre a Localização dos Populi do Conventus Bracaraugustanus”, in *Anales de Arqueologia Cordobesa*, 9, pp. 51-56. Córdoba: Diputación de Córdoba.

Alarcão, J. de (1999) - “Populli, Castella e Gentilitates”, in *Actas do Congresso de Proto-História Europeia (Volume Especial da Revista de Guimarães)*, pp. 133-150. Guimarães.

Alarcão, J. de (2001) “As Paróquias Suévikas no Território actualmente Português”, in F. Villar; M^a. P. Fernández, *Religión, Lengua e Cultura Pre-romanas de Hispania*, pp. 29-59. Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca.

Alarcão, J. de (2003a) - “A Organização Social dos Povos do Noroeste Norte da Península Ibérica nas Época Pré-Romana e Romana”, in *Conímbriga*, vol. XLII, pp. 5-115. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra.

Alarcão, J. de (2003b) - “As Estátuas de Guerreiros Galaicos como representações de Príncipes no contexto da organização político-administrativa do

Noroeste pré-flaviano”, in *Madrider Mitteilungen*, 44, pp. 116-126. Madrid: Deutsches Archaeological Institut.

Alarcão, J. de (2004a) - “Sobre Caladunum e a Via de Bracara Augusta a Aquae Flaviae”, in *Au Jardin des Hespérides: Histoire, Société et Épigraphie des Mondes Anciens. Mélanges Offerts à Alain Tranoy*, pp. 437-455. Rennes : PUR.

Albertos Firmat, M. (1975) - “Organizaciones Suprafamiliares en la Hispania Antigua”, in *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, XL-XLI, pp. 5-56.

Amaral, P. (1993) - *O Povoamento Romano no Vale Superior do Tâmega* (Dissertação de Mestrado). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Álvarez Sanchis, J. (1999) - *Los Vettones*. Madrid: Real Academia de la Historia.

Arizaga Castro, A. R.; Fábrega Álvarez, P.; Ayán Vila, X. M.; Rodríguez Paz, A. (2006) - “A Apropiação Simbólica da Cultura Material Castrexa na Paisaxe Cultural dos Chaos de Amoeiro (Ourense, Galicia)”, in *Cuadernos de Estudios Galegos*, vol. LIII nº119, pp. 87-129. Santiago de Compostela: IEGPS, CSIC.

Baptista, J. D. (1989) - “Os Castros do Concelho de Montalegre”, in *Revista Aquae Flaviae* 2. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae.

Baptista, J. Dias (1990) - “Via Prima: a Via Imperial Romana de Braga/Astorga”, in *Revista Aquae Flaviae* 3, pp. 135-182. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae.

Baptista, J. Dias (1992) - “Ubi Caladunum et Praesidium?”, in *Revista Aquae Flaviae* 7, pp. 69-79. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae.

Barandela Rivero, I.; Castro Pérez, L.; Manuel Lorenzo, J.; Otero, R. (2005) - “Notas sobre los Santuarios Rupestres de la Gallaecia”, in *Minus XIII*, pp. 47-68. Vigo: Universidade de Vigo.

Barradas, L. (1956) - "*Vías Romanas nas Regiões de Chaves e Bragança*", in *Revista de Guimarães*, 66 (1-2), pp. 159-241. Guimarães.

Barreiros, F. B. (1915) - "*Ensaio de inventário dos castros do concelho de Montalegre*", in *O Arqueólogo Português* 20, pp. 211-3. Lisboa.

Barreiros, F. B. (1920) - "*Materiais para a Arqueologia do concelho de Montalegre*", in *O Arqueólogo Português* 24, pp. 58-87. Lisboa.

Borrallheiro, R. (2005) - *Montalegre. Memórias e História*. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre.

Borrallheiro, R. (2006) - *Preservação dos Hábitos Comunitários na Aldeias do Concelho de Boticas*. Boticas: Câmara Municipal de Boticas.

Brañas Abad, R. (1995) - *Indíxenas e Romanos na Galicia Céltica*. Santiago de Compostela: Follas Novas.

Brañas Abad, R. (2000) - *Deuses, Héroes e Lugares Sagrados na Galicia Castrexa*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.

Calo Lourido, F. (1994) - *A Plástica da Cultura Castrexa Galego-Portuguesa*, 2 vols. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa, Catalogación Arqueolóógica y Artística del Museo de Pontevedra.

Capela, J. V.; Borrallheiro, R.; Matos, H. (2006) - *As Freguesias do Distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga.

Carballo Arceo, X. (1990) - "*Los Castros de la Cuenca Media del Río Ulla e sus relaciones con el Medio Físico*", in *Trabajos de Prehistoria*, 47, pp. 161-199. Madrid.

Carballo Arceo, X. (2002) - *A Cultura Castrexa na Bacia Media do Río Ulla*. Lalín: Concello de Lalín.

Carballo Arceo, X. (2003) - "*La Dorsal Gallega como Barrera Intracultural durante la Edad del Hierro*", in *Madridrer Mitteilungen*, 44, pp. 333-345.

Carballo Arceo, X.; González-Ruibal, A. (2003) - “A Cultura Castrexa do NW da Península Ibérica en Galicia”, in *Boletín Auriense*, XXXIII, pp. 37-75. Ourense.

Carballo Arceo, X.; Fábregas Valcarce, R. (2006) - “Variacións Rexionais nas Sociedades Pre e Protohistóricas Galaicas”, in R. Álvarez, F. Dubert, X. Sousa (eds), *Lingua e Territorio*, pp 67-91. Santiago de Compostela.

Cardozo, M. (1943) - “Antiguidades transmontanas”, in *Revista de Guimarães*, 53: 1-2, pp. 109-116. Guimarães.

Carvalho, C. (2006) - “O Povoamento Proto-Histórico e Romano do Alto Rabagão - Montalegre”, in *Actas das XVI Jornadas sobre a Função Social do Museu. Ecomuseu de Barroso - Identidade e Desenvolvimento*, pp. 147-156. Montalegre.

Carvalho, C.; Lemos, F. S.; Meireles, C. (2006) - “Conjunto Mineiro Romano em Montalegre”, in *Actas das XVI Jornadas sobre a Função Social do Museu. Ecomuseu de Barroso - Identidade e Desenvolvimento*, pp. 125-134. Montalegre.

Carvalho, C.; Encarnação, J. d' (2006) - “Duas Epígrafes de Montalegre (Conventus Bracarugustanus)”, in *Ficheiro Epigráfico*, 83. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra.

Castanheira, A. M. (1989) - *Transmissão do Património e Reprodução Social: a Devolução dos Bens e a Preservação das Casas de Lavoura de Salto, no Barroso* (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Centeno, R. (1987) - *Circulação Monetária no Noroeste da Hispânia até 192*. Sociedade Portuguesa de Numismática. Porto.

Costa, J. G. (1987) - *Montalegre e Terras de Barroso*. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre.

Dopico Caínzos, D. (1988) - *La Tabula Lougeiorum. Estudios sobre la Implantación Romana en Hispania*. Vitoria.

Dopico Cainzos, D. e Rodríguez Alvarez, P. (1992) - “Paleoetnografia de Gallaecia”, in *Complutum*, 2-3, pp. 395-398. Madrid.

Fábrega Alvarez, P. (2004) - *Poblamiento y Territorio de la Cultura Castreña en la Comarca de Ortegal*. CAPA 19. LPPP, Santiago de Compostela.

Fernández-Posse, M^a. D. (1998) - *La Investigación Protohistórica en la Meseta y Galicia*. Madrid: Síntesis.

Fernández-Posse, M^a. D.; Sánchez-Palencia, F. J. (1998) - “Las Comunidades Campesinas en la Cultura Castreña”, in *Trabajos de Prehistoria*, 55(2), pp. 127-150. Madrid.

Fonte, J. (2006a) - “O “Padrão dos Povos” de Aquae Flaviae”, in *Al-madan*, n^o14, adenda electrónica, II^a série. Almada: Centro de Arqueologia de Almada.

Fonte, J. (2006b) - “Em torno de Aquae Flaviae e Chaves: algumas considerações”, in *Revista Aquae Flaviae*, n^o35, pp. 181-255. Chaves: Grupo Cultural de Aquae Flaviae.

Fontes, A. L. (1980) - “Culto ao Deus Larouco, a Júpiter e Atégina”, in *Seminário Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. 3, pp. 5-20. Guimarães.

Fontes, A. L. (1987) - “*Aras Romanas em Terras de Barroso desaparecidas*”. Montalegre.

Fontes, A. L.; Barroso, F. da (2005) - *Usos e Costumes do Barroso*. Lisboa: Âncora Editora.

Fontes, L. (1992) - *Sítios e achados arqueológicos do concelho de Montalegre*. Porto: CCDR-N.

Freire, O. (1968) - “O Castro de S. Vicente da Chã (Montalegre). Campanhas de Escavações de 1965 e 1966”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 20 (3-4), pp. 368-375. Porto.

Freitas, A. M. (1980) - “As Pias dos Mouros. Argeriz - Carrazedo de Montenegro”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 23 (2-3), pp.253-266.

Porto.

García Quintela, M. (2004) - *La organización sociopolítica de los populi del NW de la Península Ibérica*. Col. TAPA, 24. Laboratorio de Patrimonio, Paleoambiente e Paisaxe, Santiago de Compostela.

González García, F. J. (2003) - *Os Ártabros. Estudo Xeográfico e Etnohistórico*. Ourense: Deputación Provincial de Ourense.

González García, F. J. (coord.) (2007) - *Los Pueblos de la Galicia Céltica*. Madrid: Akal.

González-Ruibal, A. (2003) - "Restoring Ontological Security: Roman and Native Objects in Early Roman Gallaecia (Northwest Ibeira)", in G. Carr, E. Swift and J. Weeks (eds) *Trac 2002. Proceedings of the 12th Theoretical Roman Archaeological Congress*, pp. 30-47. Oxford.

González-Ruibal, A. (2004a) - "Artistic Expression and Material Culture in Celtic Gallaecia", in M. Alberro e B. Arnold (eds.): *The Celts in Iberia, E-Keltoi 6, Journal of Interdisciplinary Celtic Studies*, pp. 112-166. <http://www.uwm.edu/dept/celtic/ekeltoi/>.

González-Ruibal, A. (2004b) - "Facing Two Seas: Mediterranean and Atlantic Contacts in the North-West of Iberia in the First Millennium BC", in *Oxford Journal of Archaeology* 23(3), pp. 287-317. Oxford.

González-Ruibal, A. (2005) - "El Castro de Saceda y la Jerarquización Territorial de la Segunda Edad del Hierro en el Noroeste Ibérico", in *Zephyrus*, vol. LVIII, pp. 267-284. Salamanca.

González-Ruibal, A. (2006) - "House Societies vs. Kinship-Based Societies: An Archaeological Case from Iron Age Europe", in *Journal of Anthropological Archaeology*, 25, pp. 144-173. <http://www.elsevier.com/locate/jaa>.

González-Ruibal, A. (2006-2007) - *Galaicos. Poder y Comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C. - 50 d.C.)*, in *Brigantium*, 18-19. A Coruña: Museo Arqueológico e Histórico da Coruña.

Guerra, Amílcar M. R. (1998) - *Nomes Pré-Romanos de Povos e Lugares do*

Ocidente Peninsular (Dissertação de Doutoramento). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Guerra, L. F. (1982) - *Notícias Históricas do Concelho e Vila de Boticas*. Boticas.

Hubner, Ae. (1869) - *Corpus Inscriptionum Latinarum. Inscriptiones Hispaniae Latinae, II*. Berlin.

Ladra-González, X. L. (2003) - *Ourivesaria, Arqueologia e Paleoetnologia: a distribuição terroirial dos Torques Áureos da Segunda Idade do Ferro do Noroeste Peninsular e a sua relação com as Unidades Étnicas Indígenas* (Dissertação de Mestrado). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Lemos, F.S. (1993) - *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental* (Dissertação de Doutoramento). Braga: Universidade do Minho.

Lemos, F. S. (2004) - “O Poder Romano e a Reorganização Territorial do Noroeste Peninsular: Observações Pontuais”, in *O Passado em Cena. Narrativas e Fragmentos. Livro de Homenagem ao Professor Jorge Alarcão*, pp. 225-246.

Lemos, F. S.; Morais, P. (2005) - “Vias Augustas e Mineração Aurífera”, in *Fórum*, nº 36, pp. 15-56.

Lemos, F. S.; Cruz, G. (no prelo) - “Muralhas e Guerreiros na Proto-História do Norte de Portugal e Beira Interior Norte”, in *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes e Alto Douro e Beira Interior*.

Lemos, F. S.; Meireles, C. (2006) - “Mineração Aurífera no Conventus Bra-caugustanus”, in *Actas do 3º Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu*, pp. 155-165. Porto: IPPAR.

Marco Simón, F. (1996) - “Romanización y Aculturación Religiosa: Los Santuarios Rurales”, in Rebores Morillo y López Barja (ed.): *A Cidade e o Mundo: Romanización y Cambio Social*, pp. 83-100. Xinzo de Limia.

Martins, C. (2005) - *A Exploração Aurífera Mineira Romana e a Metalurgia*

do Ouro em Portugal (Dissertação de Doutoramento). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Martins, J. B. (1992) - *Concelho de Boticas e a sua História*. Boticas: Câmara Municipal de Boticas.

Martins, M. (1990) - *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cavado*. Cadernos de Arqueologia - Monografias, 5. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Martins, M. (1996) - “*Povoamento e Habitat no NO Português durante o 1º milénio a.C.*”, in De Ulisses a Viriato - O Primeiro Milénio a.C.. Lisboa: Instituto Português de Museus.

Martins, M. e Jorge, S. O. (1992) - “*Substrato Cultural das Etnias Pré-Romanas do Norte de Portugal*”, in *Complutum*, 2-3, pp. 347-372. Madrid.

Martins, M.; Lemos, F. S. e Pérez Losada, F. (2005) - “*O Povoamento Romano no Território dos Galaicos Bracarense*”, in III Colóquio Internacional de Arqueologia en Gijón: Unidade y Diversidad en el Arco Atlántico en Época Romana, pp. 279-296. BAR International Series 1371.

Miranda Júnior, A.; Santos, J. N. e Santos Júnior, J. R. (1983a) - *Castros do Concelho de Boticas*. Separata Trabalhos de Antropologia e Etnologia 24 (3), pp. 401-451. Porto.

Miranda Júnior, A.; Santos, J. N. e Santos Júnior, J. R. (1983b) - *Castros do Concelho de Boticas - II*. Separata Anais da Faculdade de Ciências do Porto, vol. LXVI (1 - 4), pp. 5-96. Porto.

Montalvão, A. (1971) - *Visitas a Castros nos arredores de Chaves*. Chaves.

Naveiro López, J. (1991) - *El Comercio Antiguo em el NW Peninsular*. Monografias Urxentes do Museu, nº5. A Coruña: Museo Arqueológico e Histórico da Coruña.

Olivares Pedreño, J. (2002) - *Los Dioses en la Hispania Céltica*. Biblioteca Archaeologica Hispana 15. Madrid: Real Academia de la Historia.

Orejas Saco del Valle, A. (1996) - *Estructura Social y Territorio. El Impacto Romano en la Cuenca Noroccidental del Duero*. Anejos de AespA. Madrid: CSIC.

Parceró Oubiña, C. (2000) - "Tres para Dos. Las Formas de Poblamiento en la Edad del Hierro del Noroeste Ibérico", in *Trabajos de Prehistoria*, 57, pp. 75-95. Madrid.

Parceró Oubiña, C. (2002) - *La Construcción del Paisaje Social en la Edad del Hierro del Noroeste Ibérico*. Ortigueira: Ortégala, Monografías de Arqueología, Historia e Patrimonio.

Parceró Oubiña, C. (2004) - "Looking Forward in Anger: Social and Political Transformations in the Iron Age of the Northwest Iberian Peninsula", in *European Journal of Archaeology*, vol. 6 (3), pp. 267-299.

Parceró Oubiña, C. (2005) - "Variaciones en la Función y el Sentido de la Fortificación a lo largo de la Edad del Hierro en el NO de la Península Ibérica", in *Encuentro de Jóvenes Investigadores sobre Bronce Final y Edad del Hierro en la Península Ibérica*, pp. 11-33 (publicado en cd).

Parceró Oubiña, C.; Cobas Fernández, I. (2004) - "Iron Age Archaeology of the Northwest of the Iberian Peninsula", in M. Alberro e B. Arnold (eds.): *The Celts in Iberia, E-Keltoi 6, Journal of Interdisciplinary Celtic Studies*, pp. 1-72. <http://www.uwm.edu/dept/celtic/ekeltoi/>.

Perea, A. (2003) - *Los Torques Castreños en Perspectiva*, in *Brigantium*, 13, pp. 139-150. A Coruña: Museo Arqueológico e Histórico da Coruña.

Pereira Menaut, G. (1983) - "Los Castella y las Comunidades de Gallaecia", in *Actas del II Seminario de Arqueología del Noroeste*, pp. 169-192. Madrid.

Pereira Menaut, G. (1992) - "Aproximación Crítica al Estudio de Etnogénesis: la Experiencia de Callaecia", in *Complutum*, 2-3, pp. 35-44. Madrid.

Pérez Losada, F. (1998) - "Cidades e Aldeias na Galiza Romana", in *O Arqueólogo Português, série IV*, vol. 16, pp. 159-174. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

Pérez Losada, F. (2002) - *Entre a Cidade e Aldea. Estudio Arqueohistorico dos "Aglomerados Secundarios" Romanos en Galicia*, in *Brigantium*, 13. A Coruña.

Ponte, Salette da (1984) - "Fíbulas de Sítios a Norte do Rio Douro", in *Lucerna*, pp. 111-144. Porto.

Prieto Molina, S. (1996) - *Los Torques Castreños del Noroeste de la Península Ibérica*, in *Complutum* 7, pp. 195-223.

Queiroga, F. R. (2003) - *War and Castros. New Approaches to the North-western Portuguese Iron Age*. BAR International Series 1198.

Ramires, M. (1955) - "Um Tesouro de "antonianos" das Fragas do Piago", in *Nummus* 3:9, pp. 75-93. Porto.

Rodríguez Colmenero, A. (1972) - "Sobre los Pueblos Prerromanos del Sur de Galicia", in *Boletín Auriense*, II, pp. 193-240. Ourense.

Rodríguez Colmenero, A. (1977) - *Galicia Meridional Romana*. Deusto-Bilbao.

Rodríguez Colmenero, A. (coord.) (1996) - *Lucus Augusti. I. El Amanecer de una Ciudad. Catalogación Arqueológica e Artística de Galicia del Museo de Pontevedra*. Fundación Pedro Barrié de la Maza, La Coruña.

Rodríguez Colmenero, A. (1997a) - *Aquae Flaviae I. Fontes Epigráficas da Gallaecia Meridional Interior*. Chaves: Câmara Municipal de Chaves.

Rodríguez Colmenero, A. (1997b) - *Aquae Flaviae II. O Tecido Urbanístico da Cidade Romana*. Chaves: Câmara Municipal de Chaves.

Rodríguez Colmenero, A. (1999) - *O Santuário Rupestre Galaico-Romano de Panóias (Vila Real, Portugal)*. Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real.

Rodríguez Colmenero, A.; Ferrer Sierra, S. e Alvarez Asorey, R. (2004) - *Miliarios e Outras Inscricións Viárias Romanas do Noroestes Hispânico (Conventos Bracaraense, Lucense e Asturicense)*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.

Romero Masiá, A. (1976) - *El Habitat Castreño*. Santiago de Compostela: Colégio de Arquitectos de Galicia.

Sánchez-Palencia, F. J. e Mangas, J. (coords.) (2000) - *El Edicto del Bierzo. Augusto y el Noroeste de Hispania*. Ponferrada.

Sánchez-Palencia, F. J. (2000) - *Las Médulas (Léon). Un Paisage Cultural en la Asturia Augustana*. Léon: Instituto Leonés de Cultura.

Santos Estévez, M.; García Quintela, M. (2002) - “Arte Rupestre y Santuarios”, in Castiñeiras González, M. Y Díez Plata, F. (ed.): *Profano y Pagano en el Arte Gallego, Semata*, nº 14, pp. 37-149. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

Santos Júnior, J. R. (1963) - “Escavações no Castro de S. Vicente da Chã”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 19 (1), pp. 79-80. Porto.

Santos Júnior, J. R. (1973) - “As Notáveis Condições de Defesa do Castro de Carvalhelhos”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 22 (3), pp. 207-219. Porto.

Santos Júnior, J. R. (1984) - “Trinta Anos de Escavações no Castro de Carvalhelhos (Boticas - Vila Real)”, in *Revista de Guimarães*, 94, pp. 411-424. Guimarães.

Santos Júnior, J. R.; Freire, O. (1964) - “O Castro de S. Vicente da Chã (Barroso). Campanha de Escavações de 1964”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 19 (3-4), pp. 366-371. Porto.

Santos Júnior, J. R.; Isidoro, A. F. (1963) - “Escavações no Castro de S. Vicente da Chã (Barroso)”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 19 (2), pp. 178-186. Porto.

Santos Júnior, J. R.; Freitas, A. M.; Costa, A.; Santos Júnior, N. (1989) - “O Santuário do Castelo do Mau Vizinho”, in *Revista de Guimarães*, 99, pp. 368-410. Guimarães.

Santos, M. C. (1969) - “Subsídios para o estudo arqueológico de Montalegre, Mealhada e Viseu”, in *Ethnos* 6.

Sastre Prats, I. (1998) - *Formas de Dependencia Social en el Noroeste Peninsular. Transición del Mundo Prerromano al Romano y Época Altoimperial*. Instituto de Estudios Bercianos, Ponferrada.

Sastre Prats, I. (2001) - *Las Formaciones Sociales Rurales de la Asturia Romana*. Madrid.

Sastre Prats, I. (2002) - "Forms of Social Inequality in the Castro Culture", in *European Journal of Archaeology*, 5(2), pp. 213-248.

Sastre Prats, I. (2002) - "Los Procesos de la Complejidad Social en el Noroeste Peninsular: Arqueología y Fuentes Literarias", in *Trabajos de Prehistoria*, 61, pp. 99-110. Madrid.

Silva, A. C. F da (1981-82) - "Novos dados sobre a Organização Social Castreja", in *Portugália*, Nova Série, 2-3, pp. 83-94. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Silva, A. C. F. da (1986) - *A Cultura Castreja do Norte de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

Silva, A. C. F. da (2003) - "As Expressões Guerreiras da Sociedade Castreja", in *Madrid Mitteilungen*, nº 44, pp. 41-50. Madrid: Deutsches Archaeological Institut.

Silva, A. C. F. da (2005) - "Cultura Castreja - Arte Castreja", in *Arte e Cultura na Galiza e Norte de Portugal - Arqueologia II*, pp. 11-57. Vigo: Marina Editores.

Tabula Imperii Romani, Hoja K-29: Porto, Conimbriga, Bracara, Lucus, Asturica (1991). Unión Académica Internacional.

Teixeira, Ricardo (1996) - *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média* (Dissertação de Mestrado). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Tranoy, A. (1981) - *La Galice Romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Peninsule Ibérique*. Paris : Diffusion de Boccard.